

ECONOMIA E RELAÇÕES DE TRABALHO NA PARAÍBA OITOCENTISTA (1800-1850)

Solange Mouzinho Alves (Graduanda/UFPB)*

Esse trabalho é produto parcial das leituras e pesquisas desenvolvidas no Grupo de Pesquisa “Sociedade e Cultura na Paraíba Imperial” e faz parte de nosso interesse em buscar uma compreensão de como estava inserido o escravo na primeira metade do século XIX na província da Paraíba. Neste sentido, buscamos analisar a economia e as relações de trabalho, desenvolvidas no Norte brasileiro, especialmente na Paraíba.

Para esta análise, escolhemos o livro de Henry Koster, “*Viagens ao Nordeste do Brasil Volumes I e II*”, um comerciante inglês que, nas primeiras décadas do século XIX, fez várias viagens pelo Norte brasileiro (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão) e, inclusive, morou e foi arrendatário de dois engenhos em Pernambuco. Desta forma, a sua obra torna-se muito interessante e importante porque é um estrangeiro que observa e narra às impressões que obteve a partir das suas andanças e da sua experiência como senhor de engenho. Mas, não nos reduziremos aos apontamentos de Koster, faremos também uma relação com autores paraibanos, a exemplo de Medeiros, Sá e Mariano para entendermos como a Paraíba, especificamente, se encontrava na primeira metade do século XIX.

Sendo assim, o diálogo que este artigo pretende fazer entre os referidos autores tem por objetivo construir uma versão de como se davam as relações de trabalho e como os escravos estavam inclusos nesse contexto.

O Viajante Inglês

Segundo Luiz da Câmara Cascudo, Henry Koster nasceu em Portugal, mas era filho de pais ingleses. Pouco se sabe da sua vida, pois nunca falava dos seus pais ou parentes. Deduz-se que Koster pertenceu a uma família de negociantes porque quando esteve no Ceará, em 1810, encontrou com um determinado senhor, Lourenço da Costa Dourado, que o reconheceu “pelo nome por ter relações comerciais com seus parentes em Lisboa” (KOSTER, 2002, p.43). Além disso, nada se sabe sobre a parentela de Koster.

Henry Koster deixou a Inglaterra no dia 02 de novembro e chegou ao Recife a 07 de dezembro de 1809. Era tuberculoso e veio ao Brasil em busca de novos ares para melhorar o seu estado de saúde. Instalou-se no Recife e fez várias viagens – Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão – que lhe permitiu entrar em contato com diversas categorias sociais. Em 1815, retornou à Inglaterra e foi quando decidiu escrever *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Em 1816, voltou à Pernambuco e supõe-se que tenha falecido no Recife em 1820.

Na opinião de Leonardo Dantas Silva, *Viagens ao Nordeste do Brasil*, é um dos melhores livros que tratam sobre os primeiros anos do século XIX. Para tal afirmação, Silva cita, na apresentação do referido livro, as seguidas reedições dessa obra, por exemplo: a primeira edição é de 1816; a segunda, a terceira e a quarta edição são do ano de 1817; ou seja, num mesmo ano foram três edições seguidas. Vale acrescentar, ainda, a recepção desta obra por outros autores da época a exemplo de Robert Southey, um renomado poeta inglês, que elogiou o livro de Koster e o utilizou para escrever o terceiro volume da sua *History of the Brazil* (1816). Desta forma, não restam dúvidas para a relevância da obra produzida por Henry Koster.

A Paraíba na Primeira Metade do Oitocentos

Antes de nos debruçarmos sobre a escrita de Henry Koster, faz-se necessário fazermos um esboço histórico do período da sua chegada ao Brasil.

Como vimos, Koster desembarcou no Recife em 1809 um ano depois da chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil (1808). A vinda da Coroa Portuguesa produziu uma série de transformações a exemplo da abertura dos portos brasileiros às nações amigas que permitiu ao Brasil manter relações comerciais com a Inglaterra. Esta atitude, adotada pelo Príncipe D. João, é vista por Koster, como veremos mais adiante, como algo muito positivo. Assim, podemos deduzir que a vinda de Koster para o Brasil também tenha sido motivada pelas relações mantidas entre a Inglaterra e o Brasil.

No cenário paraibano, como aponta Mariano (2005), o início do século XIX foi marcado por crises que refletiram no comércio e na agricultura que já vinham se arrastando desde as últimas décadas do século XVIII – período em que a Paraíba encontrava-se anexada a Pernambuco (1755-1799): “Era um estado de dependência econômica/administrativa que, praticamente, se manteve inalterado mesmo após a desanexação” (MARIANO, 2005, p.62).

A dependência da Paraíba em relação à Pernambuco só fez acentuar o seu estado de pobreza que se agravou mais ainda a partir da implantação, em 1759, da Companhia de Comércio de Pernambuco e Paraíba que “(...) detinha, com exclusividade, os direitos sobre os produtos que saíam da Paraíba, em um monopólio que só piorou a situação pela qual passava a capitania” (MARIANO, 2005, p.62).

Além disso, Mariano ainda cita outros fatores que contribuíram para o flagelamento da capitania: as secas ocorridas nos anos de 1791, 1792 e 1793 que comprometeram negativamente a agricultura e acarretaram a falta de farinha – o alimento básico da população.

Desta maneira, a Paraíba na primeira metade do oitocentos, encontrava-se numa decadência econômica tanto por fatores físicos como por medidas políticas e econômicas, a exemplo da criação da Companhia de Comércio que possuía um exclusivismo econômico que empobrecia os senhores de engenho, deixando-os até mesmo sem mão-de-obra escrava pois o fornecimento era insuficiente (MELLO, 2002, p.83).

Todas essas condições foram sentidas nas primeiras décadas do século XIX mesmo com as tentativas de soerguimento da capitania sob o governo de Fernando Delgado Freire de Castilho que assumiu em 1798:

“Tentando aliviar a situação econômica, Castilho promoveu uma série de melhorias no manejo do açúcar e do algodão, além de reunir a safra de açúcar e tentar exportá-la pelo porto da Paraíba, em navios solicitados ao Reino” (MARIANO, 2005, p.63).

Portanto, é neste contexto que a escrita de Koster se insere. Teremos a oportunidade, mais adiante, de vermos as suas anotações referentes às suas viagens e assim poderemos verificar como estava a Paraíba neste período.

Henry Koster e o Norte Brasileiro: Um Olhar Estrangeiro

Agora é o momento de conhecermos a narrativa de Koster. *Viagens ao Nordeste do Brasil* está dividido em dois volumes. O primeiro refere-se às viagens empreendidas pelo autor que viajou, após instalar-se no Recife, pela Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. O segundo volume, o autor trata da organização dos engenhos, dos trabalhos desempenhados pelos escravos e homens livres. No geral, a narrativa de Henry Koster aborda a vida e os costumes das regiões pelos quais passou sem, contudo, deixar de mencionar os aspectos econômicos que é justamente o ponto que queremos analisar com o objetivo de conhecer as relações de trabalho inseridas nesse contexto, principalmente na Paraíba. Por isso, daremos maior

ênfase na viagem em que o autor fez pela Paraíba e no segundo volume do livro no qual o autor faz uma abordagem generalizada da economia do Norte brasileiro onde se enquadra a Paraíba.

Mas, apesar do nosso trabalho ter esse direcionamento específico, não podemos deixar de observar a “estranheza” que alguns costumes brasileiros lhe causaram. Não esqueçamos que é um estrangeiro que narra. A impressão que temos a partir da sua escrita é que o Brasil (a região Norte) para Koster é um outro mundo e isto é bem visível no primeiro volume e que veremos a seguir.

Ao chegar ao Recife, Koster instala-se em Cruz das Almas e passa a ter contatos com as pessoas da região. É convidado para jantares, festas, reuniões e a partir deste convívio ele observa os costumes das pessoas. O autor presenciou cenas que o deixaram impressionado, como aconteceu na comemoração da sexta-feira santa. Na igreja, fizeram uma encenação da crucificação e morte de Cristo com tanta exatidão e realismo que o surpreendeu, pois não tinha “a idéia de que levariam tão longe a representação” (2002, p.88). Para um inglês, conhecido pelos hábitos moderados e contidos, a cena deve ter parecido um exagero.

Henry Koster também fez comentários sobre a situação da mulher nas províncias do Norte. Ele percebeu que esta tinha uma vida muito reservada. Ao andar pelas ruas do Recife, só as mulheres negras estavam andando pelas ruas. No convívio social, as mulheres falam pouco e sempre conversam com outras mulheres. Nas festas e reuniões, geralmente, formavam-se grupos de homens e mulheres. Koster admira a beleza da mulher brasileira que em sua maioria são mestiças:

(...) é entre as mulheres de cor que se pode fixar as mais belas, com mais vida e espírito, maior atividade de espírito e de corpo, mais adaptadas ao clima. Os mestiços parecem ser os verdadeiros habitantes do país. As feições são freqüentemente boas, e a cor, mesmo quando é desagradável nos climas europeus, não parece mal nesse ambiente, mas o padrão da idéia de beleza, segundo as convenções da Europa, os mais lindos espécimes de forma humana, tenho-os visto entre as mulatas” (KOSTER, 2002, pp. 93-94).

O autor não só admira a beleza das mulheres como afirma que os mestiços são os mais apropriados para viver nos trópicos. Sem dúvida, este posicionamento influenciou muitas discussões a exemplo de Gilberto Freyre em Casa Grande & Senzala (1933).

Além disso, Koster menciona que as famílias com as quais manteve contato, o chefe da família são, em sua maior parte, ricos agricultores ou funcionários

públicos, poucos são os que se dedicam ao comércio. Esses ricos proprietários fixam moradia em Olinda ou Recife, exceto no verão quando preferem ficar em suas propriedades rurais.

No trato com estas famílias, Koster observou a positividade do contato entre Brasil e Inglaterra que ocorreu a partir da abertura dos portos em consequência da transferência da Família Real Portuguesa ao Brasil. Henry Koster percebeu

(...) uma considerável mudança nas maneiras da alta classe do povo. A baixa nos preços de todos os artigos de tecidos, a faculdade de obter, a custo cômodo, louça de barro, cutelaria e linho para mesa, de fato, foram efeitos que devem ter impressionado os brasileiros, assim como o aparecimento de um novo povo entre eles a esperança de melhor situação para todos, a de ver o país tomar vulto, reanimando em muitas pessoas as idéias que dormiam há tempos, desejando mostrar o que possuíam. O dinheiro apareceu para atender às novas exigências (KOSTER, 2002, p. 98).

Desta forma, Koster viu a influência inglesa como uma possibilidade de melhoramento do país. E, realmente, ele constatou isso ao retornar da Inglaterra pela segunda vez em 1811 ao notar algumas modificações nos costumes das pessoas:

Notei uma modificação considerável no aspecto do Recife e de seus habitantes (...). Várias casas tinham sido separadas e as rótulas, sombrias e pesadas, foram substituídas pelas janelas, com vidros e balcões de ferro. Algumas famílias haviam chegado de Lisboa e três outras da Inglaterra. As senhoras das primeiras davam o exemplo, indo à missa a pé, em plena luz solar, e as damas inglesas tomaram por hábito passear, todas as tardes, por distração. (...). As fazendas de seda e cetim, tomadas de uso normal para roupa nas festas e dias santos, foram logo vencidas pelas musselinas brancas e de cor e tecidos de algodão. Os homens que antigamente compareciam todos vestidos de preto, com fivelas de ouro e tricórnio, não faziam grande questão em substituí-los pelas calças de nanquim, meia-botas e chapéus redondos (KOSTER, 2003, pp. 258-259).

Ou seja, Koster percebeu algum melhoramento a partir da adoção de costumes e produtos ingleses. Ao longo do livro, Koster cita vários outros costumes, mas que para nós os aqui citado são suficientes para entendermos o seu posicionamento como estrangeiro. Agora iremos nos deter nas suas observações econômicas apreendidas nas suas viagens e na sua experiência como senhor de engenho, fazendo as devidas relações com o contexto paraibano.

Henry Koster esteve na Paraíba em outubro de 1810 e seu objetivo era chegar ao Ceará. O autor encontra a Paraíba num momento em que o governo, a cargo de Antônio Caetano Pereira, buscava melhorar o aspecto físico da capitania. Assim, podemos deduzir que esta atitude era um processo que havia iniciado desde 1798, pelo governador Fernando Delgado Freire de Castilho que, como vimos anteriormente, promoveu incentivos para desenvolver a economia paraibana até então estagnada devido a sua dependência em relação a Pernambuco.

O autor observou as construções e chamou atenção para o uso de janelas com vidros que havia sido implantado recentemente em Pernambuco. Elogiou a paisagem vista das janelas – ficou admirado com a exuberância da natureza. Koster notou que a Paraíba era uma capitania que pretendia ascender, mas as dificuldades eram grandes. O comércio era pouco expressivo porque para os habitantes do interior era mais fácil se dirigirem aos mercados do Recife do que os mercados da Paraíba devido a inexistência de uma estrada que os interligasse.

Sem dúvida, o autor fez uma observação muito correta, pois a aproximação entre Pernambuco e Paraíba prejudicou o desenvolvimento do comércio paraibano, deixando-a sem recursos para a compra da mão-de-obra escrava. Além disso, os navios negreiros desembarcavam no porto pernambucano, o que encarecia mais ainda o escravo. E, também, toda produção paraibana devia ser escoada pelo porto de Pernambuco, outro problema enfrentado pelos produtores (MEDEIROS E SÁ, p.56). Todos esses fatores dificultavam o progresso econômico da Paraíba.

Desta maneira, para solucionar a deficiência de escravos, os senhores paraibanos, solicitavam concessões para comprá-los a exemplo “de não poderem ser confiscados os açúcares que se destinassem à compra de escravos”. E quando obtinham determinado número de cativos, revendiam para as regiões de exploração aurífera. Isto aconteceu no período das grandes secas na primeira metade do século XVIII (MEDEIROS E SÁ, p.52). A atitude de solicitar concessões e de revender os escravos, no período das secas, confirma o estado de pobreza dos proprietários.

Henry Koster ficou pouco tempo na Paraíba e seguiu viagem passando por Alhandra que na época era uma aldeia indígena e por Mamanguape, uma pequena povoação, preferida pelos mercadores devido a sua localização entre Goiana e Rio Grande do Norte, que lhes permitia fazer suas viagens diárias, podendo voltar à noite para repousarem.

O autor continuou a sua excursão pelo sertão até chegar ao Ceará. Este percurso proporcionou a Henry Koster o conhecimento desta distante região e

vivenciou algumas das dificuldades enfrentados pelos habitantes sertanejos: o isolamento e a falta d'água devido a escassez de chuvas.

No entanto, é no segundo volume do seu livro que podemos identificar as relações econômicas existentes no Norte brasileiro. Segundo Koster, a economia desta região estava voltada para a agricultura, principalmente para o cultivo da cana-de-açúcar e do algodão.

Na Paraíba, a produção açucareira, conforme Medeiros e Sá, localizou-se no litoral, logo a concentração escrava manteve-se nesta região, mas no período em que o açúcar foi economicamente valorizado. Assim, nesta região, os cativos se envolviam no cultivo e na produção do açúcar.

Contudo, havia uma preocupação em manter os escravos sempre ocupados. No período da entressafra, os negros eram empregados em atividades tais como:

“(...) no corte do pau-brasil e nos consertos de estradas que os pesados carros de bois deterioravam, o que exigia reparos permanentes”. “Outros ficavam nas olarias onde o fabrico de tijolos e telhas estava sempre aos seus cuidados. Os escravos também estavam presentes na atividade pesqueira do litoral e do estuário dos rios Paraíba e Mamanguape” (MEDEIROS E SÁ, pp. 60-61).

Todos esses indícios demonstram como funcionavam os engenhos. De fato, existia uma divisão do trabalho como mostram Medeiros e Sá, todos eram submetidos a manter o funcionamento das propriedades em que estavam inseridos – o que demonstra, também, a importância da mão-de-obra escrava que era a força propulsora da economia na primeira metade do oitocentos.

O próprio autor chegou a arrendar duas propriedades – o Jaguaribe e Amparo – em Pernambuco, experiência que lhe concedeu certo conhecimento sobre as práticas econômicas desenvolvidas nesta região. A mão-de-obra utilizada nos engenhos era escrava e de trabalhadores livres. Koster exemplifica isto com o que aconteceu na propriedade do Jaguaribe que contava com mão-de-obra escrava insuficiente o que o obrigou a contratar trabalhadores livres para garantir a produção do engenho. Esses homens livres se fixaram em suas terras juntamente com sua família. Desta maneira, a mão-de-obra existente no engenho era composta por “indígenas, mulatos, negros livres e trabalhadores escravos” (KOSTER, 2003, p.293).

Koster fez uma interessante comparação entre os domínios do engenho e a época feudal da Europa:

(...) O grande poder do agricultor, não somente nos seus escravos, mas na sua autoridade sobre as pessoas livres das classes pobres; o respeito que esses barões exigiam dos moradores das suas terras, (...), a dependência dos camponeses e seus desejos de ficar sob a proteção particular de um indivíduo rico, que seja capaz de livra-los de toda a opressão e de falar em sua defesa ao Governador, ou ao Juiz, todas essas circunstâncias se combinam para fazer a similitude ainda mais flagrante (KOSTER, 2003, p.295).

Ou seja, para Koster o proprietário do engenho exercia uma grande influência sobre seus escravos e os trabalhadores livres da sua propriedade.

Em relação à produção algodoeira, o seu estímulo ocorreu em consequência da Revolução Industrial na Inglaterra ocorrida nas últimas décadas do século XVIII. E, de fato, passou a concorrer com o açúcar, sendo que o algodão obteve maior produção, na Paraíba, na segunda metade do século XIX, especificamente no ano de 1863 que pertenceu à “década de ouro do algodão na Paraíba – quando só Mamanguape produz 54.000 arrobas”.

A mão-de-obra utilizada nas plantações de algodão também se constituía de escravos e de pessoas livres. No entanto, devemos chamar a atenção que a inclusão do trabalho desses homens livres ocorreu de forma mais acentuada na segunda metade do século XIX com a proibição do tráfico negreiro (MEDEIROS E SÁ, 1999, p.68). Assim, a sustentação econômica, na primeira metade do oitocentos, apoiou-se no trabalho escravo. O fato de Koster preferir contratar homens livres para trabalhar em sua propriedade talvez resida na sua posição de defesa contra a manutenção da mão-de-obra escrava. Lembremos que o autor é um inglês e que a Inglaterra pressionava o Brasil para o fim do tráfico.

Para Koster, a relação entre o senhor e o escravo, no Brasil, era bem amena se comparado ao sistema escravista de outras colônias. Mas, não desconsidera os maus tratos praticados por alguns proprietários. Os castigos eram dados àqueles que eram rebeldes ou que faziam “corpo mole” para o trabalho. Era o que ocorria na fazenda de algodão de Manuel Arruda Câmara, na Paraíba, o “escravo que não cumprisse sua tarefa, deveria receber o castigo de palmatoadas por cada libra que faltasse” (MEDEIROS E SÁ, 1999, p.67). Independentemente das motivações que levavam os senhores a castigarem seus escravos, percebemos que a punição seguia uma lógica econômica, pois o escravo era uma mercadoria caríssima, logo o proprietário não deveria incapacitar seu escravo para o trabalho.

O relacionamento entre senhor e escravo, na Paraíba, não fugiu a regra geral do que ocorria nas outras capitanias, o senhor tanto assumia uma postura

paternalista como de um severo repressor. No entanto, essa relação se agravou após a rebelião dos negros ocorrida, em 1791, no Haiti. Alguns escravos, do Brasil, motivados por este acontecimento, se revoltaram como aconteceu na Bahia em 1807 e 1835. Em consequência disso

Em 1807, é proibida a livre circulação de escravos após às 9:00 horas da noite, sem a autorização escrita do senhor. Em 1814 os batuques são interditados por medo de os ajuntamentos de negros servirem para eles entabularem entre si conspirações contra os senhores. Em 1835, a lei de 10 de junho prescreve as penas em que incorrem os escravos que matam seus senhores (MEDEIROS E SÁ, p. 79).

A partir do exposto, portanto, não podemos deduzir que o tratamento entre senhor e escravo tenha sido o mais feliz e sim uma relação de desconfiança recíproca.

Ademais, o escravo poderia comprar a sua liberdade. Segundo Koster, isto era possível porque os escravos ganhavam alguns dias de repouso a exemplo dos dias santos estipulados pela Igreja Católica. Assim, os escravos poderiam utilizar esse tempo livre para trabalhar para o seu próprio proveito – juntar algum dinheiro para a compra da sua liberdade. No entanto, vale ressaltar que o dinheiro adquirido pelo escravo pertencia legalmente ao senhor. Neste caso, o escravo dependeria da “boa vontade” do seu proprietário, mas foi desta maneira, como aponta Koster, que alguns se tornaram livres.

Desta forma, a leitura geral dos autores que embasaram este artigo, nos permitiu constatar que a economia que sustentou o Norte brasileiro foi a prática da agricultura com o cultivo, principalmente, do açúcar e do algodão e que as relações de trabalho se basearam na mão-de-obra escrava. E, no caso paraibano, vimos que o número de escravos era escasso em consequência primeiramente do período em que a Paraíba esteve anexada à Pernambuco (1755-1799) e, posteriormente, devido a permanência da dependência dos mercados e portos pernambucanos. Todos esses fatores impediam o crescimento econômico da Paraíba, como já enfatizamos anteriormente.

Portanto, foi a mão-de-obra escrava que garantiu a prosperidade econômica de muitas capitanias durante a primeira metade do oitocentos. O trabalho escravo, nesse período, era tão importante que as regiões que não possuíam um número suficiente não conseguiram progredir como foi o caso da Paraíba.

